

UM CAMINHO TRILHADO PARA REDUÇÃO DA IDADE PENAL

Roseli Albuquerque^[1]

O presente artigo reproduz parte das reflexões desenvolvidas em minha tese de doutorado intitulada “*A PREVENÇÃO CUBANA NO ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE ENVOLVIDO COM ATO INFRACIONAL: Uma contribuição ao Brasil*”, defendida no ano de 2008 na Pontifícia Universidade CATÓLICA de São Paulo sendo orientada pelas Profas Dras. Maria Lucia Rodrigues (Brasil)^[2] e Co-orientadora Caridad Navarrete Calderón (Cuba)^[3] no Programa de Pós-Graduados em Serviço Social.

O estudo e análise foram fundamentados a partir de nossa trajetória profissional (1998-2001) e (2005) na Fundação Estadual do Bem Estar Social (FEBEM) hoje Fundação CASA, bem como com a nossa ida a Cuba no ano de 2002, quando participamos de encontros com grupos de prevenção e conhecemos a realidade socioeconômica de Cuba, os assentamentos rurais, os modelos de atendimento na área da saúde e educação, sendo determinante para que pudéssemos unir a nossa experiência profissional e acadêmica. Após contato com Cuba através da Prof. Caridad Navarrete Calderon, inciamos um diálogo permanente sobre questões ligadas a crianças e adolescentes, possibilitando seu retorno ao Brasil em 2003 para o I Seminário interdisciplinar de intervenção social – Brasil e Cuba, quando pudemos refletir e conhecer os modelos de atendimento no Brasil e em Cuba, com participação de vários pesquisadores e profissionais da área da infância.

^[1] Doutora em Serviço Social, Pesquisadora do Núcleo da Criança e Adolescente (NCA)PUC/SP e Núcleo de Estudos sobre ensino e Questões Metodológicas em Serviço Social (NEMESS) PUC/SP. Profa. do Curso de Serviço Social Universidade Santo Amaro (Unisa) e Universidade Camilo Castelo Branco (Unicastelo). Atua na área da infância e adolescentes em medidas socioeducativas.

^[2] Doutora em Serviço Social, titular do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social PUC/SP e Coordenadora do NEMESS.

^[3] Doutora em Pedagogia e Ciências Jurídicas pela Universidade de Havana e Moscou, atualmente é pesquisadora e professora titular da Universidade de Havana, membro do Comitê Acadêmico de Criminologia e Ministério da Justiça de Cuba. Trata-se de uma pesquisadora de repercussão em Cuba que historicamente desenvolve estudos sobre adolescentes delinquentes.

Neste período de construção desta pesquisa iniciada em 2001 com minha dissertação de mestrado e posteriormente com a tese de doutorado observamos várias pesquisas e produções científicas realizadas nos últimos anos dedicadas a estudos sobre a temática da juventude e violência. Porém, poucas mudanças houve no atendimento aos adolescentes com algum envolvimento em ato infracional no Brasil.

Nesse sentido, nosso trabalho realizou uma reflexão dialogada entre Brasil e Cuba a respeito da experiência e dos modelos de atendimento a adolescentes envolvidos em ato infracional. A questão do envolvimento de crianças e adolescentes em atos infracionais pode ser constatada, na maioria das vezes, pela ausência de um Estado que não tem como prioridade o atendimento e acompanhamento dessa população. Basta observar o número de crianças e adolescentes hoje nas ruas pedindo esmolas, o crescimento de Organizações não governamentais (ONGs) atendendo às chamadas populações de alto risco, mantendo convênios de baixo valor com o Estado e instituições privadas, oferecendo má qualidade de serviços e frágeis modelos de intervenção. Convivemos no Brasil, com um Estado punitivo e de controle social, na medida em que esse mesmo Estado olha essas crianças e adolescentes a partir da lógica de uma justiça disciplinar e compensatória e não de uma lógica social de política pública.

Em nosso estudo podemos constatar que Cuba tem um projeto de atendimento a esses adolescentes pautado na prevenção, centrada especialmente num forte processo de formação dos profissionais que atuam na intervenção. Por ser uma política de governo, a prevenção é uma política social acompanhada e supervisionada por representantes do governo, da universidade e pela comunidade.

Com a perspectiva de conhecer a metodologia e os caminhos que Cuba percorreu para efetivar esse trabalho, observamos que a prevenção configura-se como a principal estratégia quando se pensa no atendimento ao adolescente que está envolvido em algum ato infracional em Cuba.

Esta pesquisa trouxe a possibilidade de conhecermos o projeto preventivo cubano através de suas ações e atuações, definições da política pública e a forma de compromisso governamental no que se refere a qualquer criança e adolescente na faixa etária de 0 a 16 anos. A prevenção, envolvimento comunitário e o desafio de conhecer e

acompanhar cada criança e adolescente faz com que o governo e a sociedade assumam qualquer criança e adolescente como se fosse seu.

Entendemos que um projeto preventivo que envolve a comunidade com o desenvolvimento de políticas públicas governamentais é uma das formas para uma intervenção com maior resultado e eficácia. É claro que não podemos deixar de registrar o envolvimento de vários setores da sociedade civil brasileira preocupado com o atendimento a crianças e adolescentes – os diversos *fóruns* sobre a criança e o adolescente, os diferentes profissionais da área do direito, do serviço social, da psicologia, educadores, entre outros, que se preocupam com as ações voltadas às crianças e adolescentes, os núcleos de estudos de universidades públicas e privadas que pesquisa o tema, pesquisadores, centros de defesa, conselheiros tutelares, organizações não governamentais, entre outros.

Mas observamos, mesmo com o envolvimento desses setores, uma inviabilização das ações e de políticas públicas; continuamos com adolescentes sendo espancados, encaminhados para delegacias e convivendo com presos maiores de 18 anos, perdendo audiências públicas por não serem encaminhados no horário e dia certos. Experiências como essas foram vividas por nós quando trabalhávamos na Febem de São Paulo, hoje Fundação Casa; mantemos ainda hoje, contatos com trabalhadores da Fundação que reafirmam em seus relatos, a permanência do mesmo modelo de atendimento.

Somos considerados um país que tem uma lei avançada quando se refere à proteção integral da Criança, com a Lei 8069/1990 que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No que se refere à criança como prioridades absolutas ainda estão a caminho para que essa lei de fato seja respeitada e aplicada. Se de um lado, o Eca tem por objetivo a proteção integral, de outro, está a questão do adolescente que cometeu algum ato infracional, visto e tratado como um desvalor em seu sentido mais profundo, sem valor algum.

Um caminho trilhado para a “redução da idade penal”

Quando retornei à FEBEM em 2005, por 4 meses, como diretora, estávamos com um grupo de profissionais ligado à área da criança e do adolescente e vários movimentos sociais da área da infância se envolveram para uma possível mudança. Já havia trabalho na Instituição em Casas de Abrigo no ano de 1992-1995 e com adolescente envolvido em ato infracional de 1997-2001. Costumava na época que eu retornei brincar afirmando que era “reincidente” e “liderança negativa”^[4], nosso retorno em 2005 foi um choque, período de muitas reformulações e destruição de vidas juvenis. Esse período contou com demissão de vários funcionários que eram considerados “violentos” na época virou destaque nacional em toda imprensa brasileira.

O que observamos neste retorno foi o **caminho trilhado para a “redução da idade penal”**, muitos dos adolescentes que tinham passado pelo sistema prisional quando eram encaminhados após uma da rebelião, ficavam vários dias e meses, período que a FEBEM precisava reformar a unidade ou controlar outras unidades da FEBEM.

A ida desses adolescentes para o sistema prisional trouxe de volta um outro adolescente, com comportamentos diferenciados e com certo “poder” por ser ido para a cadeia, começaram a reproduzir uma violência silenciosa de passos lentos do sistema prisional. O que seria isso? Com o descontrole e falta de uma política pública pública pautada no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) o Estado de São Paulo concretizou a ida dos adolescentes para o sistema prisional. Na medida em que foram conhecendo o universo do sistema prisional, esses adolescentes começaram a perceber o quanto era interessante um sistema onde havia relações de poder e hierarquia nas regras, o dono do “chamado sistema” era o “cara”, era o dono do “páteo”, esse comportamento espalhava-se e logo se via em todas as unidades do Complexo do Tatuapé modelos de articulação e comando.

Esta articulação interna no sistema prisional tem uma estrutura para a sobrevivência cotidiana. A hierarquia tem uma escala de poder começando com

^[4] Em 1988 realmente os casos de reincidência em atos infracionais, entendemos aqui reincidentes adolescentes que passaram por qualquer medida socioeducativa, para a FEBEM/SP reincidente é somente os adolescente que passaram pela medida socioeducativa de internação, ou seja, que ficaram internados por um período mínimo de 6 meses de máximo de 3 anos. Liderança negativa é um termo utilizado pelos funcionários da FEBEM para adolescentes que eles achavam que iria liderar rebeliões e fossem resistentes as normas que a unidade estabelecia, podendo ser ou não dependendo do olhar do Coordenador ou monitor.

algumas denominações como: “Voz”, “Faxina” e “Disciplina”. A reprodução do sistema prisional na FEBEM trouxe um novo comportamento nas relações dos adolescentes. Acostumados a apanharem de monitores, esses adolescentes enxergaram na estrutura do sistema prisional autonomia para colocar de lado esses funcionários e eles mesmos começaram a reproduzir um espaço de controle.

Em busca de informações sobre os caminhos para a “redução da idade penal”, realizamos vários contatos com entidades que atuavam, diretamente, com a área da infância, nossa proposta era mapear quais cadeias a que esses jovens foram encaminhados e quantos, os contatos com profissionais da FEBEM, com o Departamento de Execuções da Infância e Juventude (DEIJ) não puderam souberam informar esses dados. Em nenhum desses órgãos tinham documentos que pudesse informar a relação oficial das idas às cadeias ou mesmo, um levantamento do período e dos locais a que foram encaminhados.

A partir dessas informações, recorreremos aos veículos de comunicação e, no setor de banco de dados de um jornal de veiculação nacional, o jornal Folha de São Paulo, realizamos nossa pesquisa. Essa considerou o período de 1996-2006.

Nossa pesquisa encontrou mais de 30 matérias^[5] informando o ano, o tipo de cadeia e o número de adolescentes enviados. Essas as cadeias pertenciam a outras

[5] Matérias publicadas pelo jornal *Folha de São Paulo* (período 1999-2006)

Folha de São Paulo: Procurador quer vetar internos em presídio, quarta-feira, 06/04/2005

Editoria: COTIDIANO Página: C9

ONGs de direitos humanos dizem que Febem mantém jovens em solitárias em prisão no interior

AFRA BALAZINA. DA REPORTAGEM LOCAL

Promotoria apura denúncia de tortura. Sexta-feira, 16/06/2000.

Editoria: COTIDIANO Página: C4

No Cadeião de Pinheiros, 13 jovens estão em greve de fome contra suposto espancamento promovido por monitores. Sexta-feira, 16/06/2000

Editoria: COTIDIANO Página: C4

SP ignora lei e manda infrator para prisão. Quinta-feira, 17/04/2003

Editoria: COTIDIANO Página: C1

244 internos maiores de 18 anos foram transferidos; segundo o presidente da instituição,

não havia outra alternativa

Especialistas avaliam que medida adotada é ilegal e inócua

Quinta-feira, 17/04/2003

Após rebeliões, 37 internos vão para presídio

Sábado, 26/06/2004. Editoria: COTIDIANO. Página: C3

Corte da OEA julgará acusação contra Febem. Terça-feira, 22/11/2005

Editoria: COTIDIANO Página: C5

Organismo internacional já determinou que o país garanta a integridade física dos internos do Tatuapé

Ação pede que Febem indenize jovens transferidos para presídio

Terça-feira, 03/05/2005. Editoria: COTIDIANO Página: C3

É a primeira na Justiça Federal

STJ proíbe que jovens sejam levados a prisão

Quinta-feira, 21/04/2005. Editoria: COTIDIANO Página: C6

Febem põe câmara em cadeia após agressão

Sexta-feira, 15/04/2005. Editoria: COTIDIANO Página: C8

Decisão foi tomada após a constatação que 60 jovens em Tupi Paulista sofreram maus-tratos

DA REPORTAGEM LOCAL

Laudo aponta agressão a 60 jovens da Febem

Quinta-feira, 14/04/2005. Editoria: COTIDIANO Página: C8

Exames indicam que internos têm lesões provocadas, provavelmente, por cabo de vassoura

Procurador quer vetar internos em presídio

Quarta-feira, 06/04/2005

Editoria: COTIDIANO Página: C9

Febem manda craques de futebol para prisão

Quinta-feira, 24/03/2005. Editoria: COTIDIANO. Página: C4

Entre internos enviados para penitenciária estão 4 atletas do time favorito para vencer copa interna

Em presídio, interno perde até o banho de sol

Terça-feira, 22/03/2005. Editoria: COTIDIANO Página: C5

Segundo entidades, situação de adolescentes em penitenciária de Taubaté contraria autorização judicial

Motins e promessas repetem crise de 1999

Sábado, 19/03/2005. Editoria: COTIDIANO Página: C3

Há 6 anos, 4 morreram no complexo da Imigrantes e Covas anunciou regionalização da Febem

Prisão na 'cidade aconchego' abrigará 700

Sábado, 19/03/2005. COTIDIANO Página: C4

Mais 700 internos da Febem vão para cadeia

Sexta-feira, 18/03/2005. Editoria: COTIDIANO Página: C5

Alckmin anuncia hoje manutenção por 6 meses de jovens com 18 anos ou mais em presídio a 663 km de SP

Procuradoria questiona transferência de 12 internos para presídio no interior

Quinta-feira, 17/03/2005. Editoria: COTIDIANO Página: C4

Após motim e destruição, Febem volta a enviar internos para presídio

Terça-feira, 15/03/2005. Editoria: COTIDIANO Página: C1

240 jovens de Franco da Rocha ficarão três semanas na cadeia de Taubaté

Transferência é afronta, diz organização

Terça-feira, 15/03/2005. Editoria: COTIDIANO Página: C3

Coordenador de movimento dos direitos humanos vê descumprimento do Estatuto da Criança

6 transferidos têm 14 anos

Terça-feira, 15/03/2005. Editoria: COTIDIANO Página: C3

Febem manda 131 adolescentes para a prisão

Sábado, 08/04/2006

Medida foi adotada após rebelião destruir 2 unidades; governador diz que novos prédios vão atrasar

Internos da Febem se rebelam por 17 h, matam 1 e ferem 7 em Santo André

Terça-feira, 28/12/1999. Editoria: COTIDIANO Página: 3-1

Tropa de choque invade cadeia e contém o motim; Justiça já havia pedido transferência de menores Santo André

Menores continuarão em Santo André

Terça-feira, 28/12/1999. Editoria: COTIDIANO Página: 3-3

regiões metropolitanas ou municípios distantes de São Paulo, um deles chegando a quase 700 km de distância. Calcula-se que, aproximadamente 1000 adolescentes, tenham sido encaminhados ao sistema prisional.

Com essas transferências, vários órgãos como Conselho Nacional da Criança e Adolescente (Conanda), Ministério Público, especialistas e juristas ligados à Comissão dos Direitos Humanos e a Procuradoria manifestaram sua indignação frente ao descumprimento da lei.

Mesmo com tantas discordâncias e ilegalidade, o governo continuava encaminhando os adolescentes para o sistema prisional e enviou para a Câmara dos Deputados uma proposta de alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente, para que a medida socioeducativa de internação passe de 03 para 08 anos. Esse projeto ainda tramita na Câmara dos Deputados.

Como podemos observar, em um período de 10 anos a FEBEM/SP iniciou o desmonte de um grande complexo violento que foi o da Imigrantes em São Paulo e começou seu outro grande projeto que foi enviar os adolescentes ao sistema prisional e

Secretário admite que penitenciária é inadequada, mas diz que não tem alternativa imediata

da Reportagem Local

Novo secretário pede que sociedade adote presídios, e vizinhos destroem futura Febem
Editoria: COTIDIANO Página: 3-1

Estreante aposta em parcerias com a comunidade, mas população ainda resiste a aceitar Febem

Menores da Febem fogem de presídio

Segunda-feira, 13/12/1999. Editoria: COTIDIANO Página: 4-8

Adolescentes usaram corda e escalaram muro da cadeia de segurança máxima; há suspeita de ajuda

Governo manda reincidentes para a cadeia

Quinta-feira, 25/11/1999. Editoria: COTIDIANO Página: 3-2

Internos devem ser transferidos de DP

Quarta-feira, 10/11/1999. Editoria: COTIDIANO Página: 3-1

Menores vão para distrito policial

Terça-feira, 02/11/1999. Editoria: COTIDIANO Página: 3-1

Adolescentes ocupam três celas de DP

Com menores em presídio, Febem tem 1º dia sem rebelião em uma semana

Segunda-feira, 01/11/1999. Editoria: COTIDIANO. Página: 4-1

Transferência da Imigrantes termina e maior parte dos internos vai para o Cadeião de Pinheiros

semana

Transferência de menores da Febem espalha tensão entre presídios de SP

Sábado, 30/10/1999. Editoria: COTIDIANO. Página: 3-1

Medo de violência e superlotação geram rebelião em Franco da Rocha e no Cadeião de Pinheiros

Internos vão para locais com histórico de rebeliões

Sábado, 30/10/1999. Editoria: COTIDIANO. Página: 3-1

assim começar a redução da idade penal, seja com o aprendizado dos adolescentes com os adultos presos, seja nos modelos de unidades que foram construídas nos últimos anos. Os caminhos trilhados pela FEBEM nos últimos anos apontam para essa realidade. A mudança que não mudou.

O tempo da (não) mudança – ano 2005

As fugas e os conflitos

Janeiro

12/01 – Monitores são presos após uma denúncia de tortura a internos no Complexo da Vila Maria. A justiça decretou a prisão de 37 funcionários.

Fevereiro

17/02 – Governo anuncia a demissão de 1.751 monitores, que foram substituídos por educadores sociais e agentes de segurança.

21/02 – Governo volta atrás e anuncia a recontração de 380 funcionários do grupo de demitidos para exercer cargos de chefia.

28/02 – Tribunal Regional do Trabalho anula as demissões. Os 788 funcionários com mais de três anos de instituição não podem ser demitidos, mas a Febem não é obrigada a reintegrá-los (podem receber sem trabalhar). Os outros ganharam estabilidade por 60 dias.

Março

10/03 – A Febem registra segunda maior fuga de sua história. Pelo menos 307 internos do Tatuapé conseguem escapar

11/03 – Em Franco da Rocha, uma funcionária é estrangulada por internos. Outra é molestada sexualmente.

Abril - 13/04 – Laudos apontam marcas de espancamento em 60 internos em Tupi Paulista. Eles teriam sido agredidos no dia 10.^[6]

No ano de 2005, o convite para assumir uma direção de unidade foi uma volta ao passado. Saímos da FEBEM/SP no segundo semestre de 2001, quando entramos para o mestrado e retornamos no segundo semestre de 2002 para realização da pesquisa de dissertação. Nosso retorno em 2002 foi para aprofundar o método investigativo.

^[6] Folha de São Paulo 2/05/2005 – Caderno cotidiano

Após essa aceitação, numa sexta-feira, vários funcionários foram impedidos de entrar no complexo do Tatuapé. Tem aí o início de um verdadeiro descontrole da instituição. Todos os adolescentes naquela noite receberam vários funcionários novos. Nessa administração, não era possível entender qual o caminho que eles pretendiam realizar.

Depois das mudanças, repetiram-se as inúmeras fugas, rebeliões e destruição de unidades. Somente em uma semana, chegaram a fugir mais de 300 adolescentes. As rebeliões eram diárias.

A Diretoria da Divisão não tinha autonomia para qualquer decisão. Iniciamos um árduo processo de conscientização desses adolescentes, de que se tratava de uma nova proposta, de um grupo novo ligado aos direitos humanos e à área da infância.

Foram tantas as propostas e discursos para um grupo de vários adolescentes que não acreditavam em nada, queriam apenas a liberdade, ou nem isso, considerando que aquele local havia virado o espaço para tudo. O uso da droga era constante, a entrada de celulares e o início ainda tímido de visitas íntimas.^[7]

Passado um mês, vários diretores começaram a perceber que, mesmo sendo militante da área da criança e do adolescente, aquele universo era desconhecido. Após dois meses da nova direção, alguns jovens retornaram para o complexo do Tatuapé, vindo da cadeia de Taubaté.

Esses jovens já estavam há algum tempo nessa cadeia, considerada de alta contenção. O resultado desse tempo lá foi a familiaridade com tudo do que não gostaríamos: a sedução e o encontro com o PCC.

Os reflexos dessa relação começaram a ser vividos e sentidos. Quando chegavam as 18:00 horas, horário em que se iniciava um hino que é “rezado”, conforme diziam, pelo grupo do Primeiro Comando da Capital – PCC – no sistema prisional, havia uma organização interna na unidade como no sistema prisional. Eles elegiam alguns jovens e começavam a definir seus papéis: voz, faxina e disciplina.

A organização – reprodução do sistema prisional

“**Voz**” – adolescente que é liderança na unidade – definida por eles como liderança da cadeia;

“**Faxina**” – assume tarefas determinadas pelo “Voz”, como arrumar a cozinha da unidade, servir o almoço, enfim, as atividades do cotidiano.

“**Disciplina**” – jovens que não podem deixar ocorrer brigas nas unidades, nem deixar a unidade ficar bagunçada.

A organização desses adolescentes lembrava, e muito, os monitores que foram demitidos, sendo mais rigorosa, cobrando mais e mais violenta.^[8]

[7] Folha de São Paulo 15/04/05 - caderno cotidiano

Alguns deles já haviam passado por todas as unidades da FEBEM e pelo sistema prisional. Suas histórias resumiam-se a relatórios atrasados e laudos afirmando comportamento anti-social.

A unidade de que fomos diretora, a Unidade-15, contava aproximadamente com 45 adolescentes e era uma unidade completamente sem condições de uso. Tinha uma ala desativada há alguns anos, que havia sido reativada para colocar esses jovens, em condições precárias e sem ventilação. Com quartos extremamente úmidos, era impossível imaginar alguém viver naquele lugar.

A faixa etária dos adolescentes, nessa unidade, oscilava entre 16 e 17 anos, todos reincidentes. Os delitos mais freqüentes eram roubo, seqüestro, tentativa de homicídio e homicídio. A maior concentração era roubo.

Iniciamos a direção sem nenhum coordenador, todos haviam sido demitidos, fator importante para que os jovens se organizassem e começassem a reconstruir a unidade em que estavam a partir da lógica do controle e da violência.

Assim que assumimos a direção, houve inúmeras rebeliões, com destruição parcial e total das unidades. Rebelião era uma rotina e o que observávamos, naquele momento, era o desejo total da expressão, era uma liberdade sem fim, sem limites. Não importava o dia, o horário ou quem estaria de plantão: era sempre possível uma rebelião.

Considerando que o grupo de diretores tinham como proposta um atendimento mais humanizado em que os parceiros seriam as próprias mães e tudo seria idealizado e realizado a partir do diálogo.

Tendo como ponto-de-partida, nessa gestão, o diálogo, esses adolescentes descobriram que o Batalhão do Choque^[9] não existiria mais, que não haveria mais monitor que os espancassem, que não teria mais a tranca^[10], que não ficariam todos nus sentados no pátio para serem contados e exibidos por qualquer meio de comunicação quando os helicópteros chegassem para filmar.^[11]

[8] Como não havia mais profissionais dentro dos quartos, não tínhamos o total controle do que acontecia, foram 10 dias administrados pelos adolescentes.

[9] Polícia Militar do Estado de São Paulo, treinada para combater tumultos e rebeliões. Andar em grupo com cassetete e escudos. É autorizado a organizar e determinar a ordem, a qualquer custo.

[10] Tranca é um quarto fechado que o adolescente fica durante o dia inteiro, sem tomar sol, sentado ou deitado no chão. Somente à noite, ele recebe colchão. O período é determinado pela direção de cada unidade, limite mínimo 5 dias e máximo a critério do diretor.

[11] Foto publicada na revista de educação em maio/04, após rebelião no Complexo Raposo Tavares



Unidade de internação após revista, depois de uma rebelião.

Toda essa história teve um fim breve. Logo, a comunidade do Belém, região onde está instalado o complexo, começou um abaixo-assinado para a retirada daqueles adolescentes, por se sentirem inseguros, temendo que, a qualquer momento, pudesse ocorrer invasão a seus lares.

Para não complicar a imagem do governo do Estado de São Paulo, a Secretaria de Segurança Pública destinou, para o Complexo do Tatuapé, o Comando de Choque, com todos os aparatos para o controle total. Foram contratados mais de 400 seguranças que ficavam na frente de cada uma das

unidades. O local parecia um campo de batalha; ao entrar na FEBEM, tínhamos os policiais de choque, guardas de empresas terceirizadas, cavalarias, cachorros, um verdadeiro aparato para guerra.

A partir daí, a equipe começava a perceber que não seria possível uma gestão funcionar assim. Logo que aconteceu a primeira rebelião, o Comando de Choque já veio para o controle, ficaram na área externa, mas a pressão foi muito grande. Os adolescentes, pela própria experiência de conhecerem a violência da instituição, diziam que os dias da nossa gestão estavam contados.

Com certa autonomia, íamos controlando o grande complexo e as direções passavam a administrar coletivamente alguns conflitos. Após inúmeras rebeliões e destaques diários da mídia, o governo do Estado decidiu transferir **700 adolescentes para a Cadeia de Tupi Paulista, a 663 km de São Paulo.**

No dia, receberíamos a lista com os nomes dos adolescentes que seriam encaminhados a Tupi Paulista. A lista chegaria às 5 horas da manhã, junto com o Comando do Choque. Passamos essa noite sem saber quem iria para Tupi Paulista.

Não demorou muito para que essa equipe fosse vista pelos dirigentes da FEBEM como impossível para continuar na gestão. Ali estávamos todos em pedaços, tanto pelo cansaço quanto pelo sonho destruído; os adolescentes também começaram a observar as mudanças e a sentir que aquela gestão já estava terminando.

Esse nosso retorno, no ano de 2005, comprova que a prevenção e atenção social no atendimento ao adolescente envolvido com ato infracional não foi implantado no Estado de São Paulo. O que observamos, nos últimos anos, é um caminhar destrutivo, sem projetos e com possibilidades de uma “redução da idade penal” de forma legalizada.

Nós, profissionais, que atuamos diretamente com esses adolescentes, precisamos entender os significados da ida deles para o sistema prisional. Como não existe o cumprimento da Lei nesse Estado, pode existir futuramente a justificativa de que a permanência desses adolescentes, dentro das cadeias sem danos e com aprovação deles, seja o grande passo para a efetivação da redução da idade penal.

CONSTRUINDO CAMINHOS

Apresentar esse estudo sobre os caminhos que estão sendo trilhado no atendimento aos adolescentes envolvidos em ato infracional como resultado da pesquisa de doutorado permitiu um momento de reflexão e ao mesmo tempo de tristeza. Um estado considerado como referência nacional como o Estado de São Paulo não tem nenhum compromisso com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ao longo da preparação da tese de doutorado muitas questões foram analisadas para um aprofundamento sobre o atendimento cubano e o brasileiro, no decorrer do estudo observamos o quanto o Brasil ainda está devendo aos nossos adolescentes que hoje estão no sistema de justiça.

Sei que ao iniciar a leitura deste artigo muitos devem ter se perguntado por que não discorrer sobre os caminhos cubanos no atendimento ao adolescente que está no sistema de justiça, tema de nossa tese. Nós neste momento selecionamos este capítulo por considerar um momento importante de reflexão do modelo de atendimento hoje destinados a tantos adolescentes espalhados pelo Brasil.

O grande desafio deste artigo é poder disseminar questões relativas a violação na área da criança e do adolescente, o quanto estão expostos nossos jovens no Estado de São Paulo. Considerando ser um Simpósio que debaterá os 20 anos do ECA, a apresentação do artigo tem por objetivo apontar o quanto estamos de olhos vendados para o atendimento ao adolescente envolvido com ato infracional na cidade de São Paulo.

Sabemos do longo caminho que devemos percorrer, que poderá permitir uma intervenção mais humanizada, sem mortes ou mesmo transferências para cadeias. Temos o dever de exercitar a mudança e de fato fazer acontecer. Somos todos responsáveis por novos modelos de atendimento e prevenção.

Você, que neste momento escolheu ler este artigo e agora tem informações sobre o modelo de atendimento a esses adolescente poderá refletir melhor sobre a necessidade de divulgarmos o Estatuto da Criança e do Adolescente e entrar na luta pela disseminação e cumprimento desta lei. Vamos fazer isso coletivamente?

Referências

ASSIS, S.M. **Trançando caminhos em uma sociedade não violenta. A vida de jovens infratores e seus irmãos não-infratores.** Rio de Janeiro, Fiocruz, 1999.

CONSELHO Municipal da Criança e do Adolescente, Rio de Janeiro. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Julho/2002.

CESAR, M.A. **Exílio da vida: o cotidiano de mulheres presidiárias**. Brasília, Thesaurus, 1996.

_____ **Mulher e política social em Cuba, o contraponto socialista e o bem-estar capitalista**. Brasília. Edições Alva, 2004.

CONDECA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo, 1999.

LOWY, M. **O pensamento de Che Guevara**. São Paulo, Expressão Popular, 2003.

SADER, E. **Cuba: um socialismo em construção**. Editora Vozes, Petrópolis/RJ, 2001.

VICENTIN, M.C.G. **A vida em rebelião: jovens em conflito com a lei**. São Paulo, Hucitec: Fapesp, 2005

WACQUANT, LOIC. **Os condenados da cidade**. Rio de Janeiro, Fase, 2001.

_____ **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 2001.